



Anais da Assembleia

Nº 12

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE MARÇO DE 1982.

ANO VII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 1982

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Gilberto Agibert Filho e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airtom Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Del Ciel, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Germote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer (48); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fiori Luiz, David Cheriegate, Deni Schwartz, João Elísio, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Nestor Baptista, Pinto Dias, Romero Filho e Wilson Fortes (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM 33/82 Curitiba, 11 de março de 1982.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o anexo anteprojeto de lei que objetiva doar ao Município de Toledo, a área de 750,00 m², constituída pelo lote n.º 5, da Quadra n.º 25, da sede do referido município, havida conforme transcrição n.º 12.463, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

A medida ora proposta destina-se a atender solicitação da Prefeitura Municipal de Toledo, fazendo-se oportuno esclarecer a Vossa Excelência que se trata do imóvel onde funcionava a antiga Delegacia e Cadeia daquele município, encontrando-se atualmente desocupado e sem perspectivas de utilização por parte do Estado, em face da conclusão de novas instalações para aquelas finalidades. Disposição expressa constante do anteprojeto proposto determina a gravação do imóvel com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade a serem mencionadas na escritura de doação.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta

consideração.

(a) NEY BRAGA

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Toledo, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído pelo lote de terreno n.º 5, da Quadra n.º 25, da sede do referido município, lote esse com a área de 750,00 m², contendo um prédio de alvenaria em mau estado de conservação, havido conforme transcrição n.º 12.463, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação de que trata esta lei, fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da respectiva escritura.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em ata, de um voto de profundo pesar pelo falecimento dos Srs. LEONARDO BALA, OSVALDO POPADIUNK, EUCLIDES LEAL DA SILVA e IRINEU ELOI SUCHEWICZ, ocorrido na data de 16 de março de 1982, nesta Capital.

Outrossim, requer que da decisão da Casa se dê ciência às famílias enlutadas.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1982.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem a preocupação precípua de prestar justa e indiscutível homenagem aos Srs. Leonardo Bala, Osvaldo Popadiunk, Euclides Leal da Silva e Irineu Elói Suchewicz, pessoas radicadas há longa data nesta capital, onde exerceram com dedicação suas tarefas junto à comunidade, participando como membros da Paróquia Nossa Senhora das Dores.

Figuras simpáticas, humanas e laboriosas, sempre souberam cumprir com perfeição todas as posições assumidas ao longo de sua vida, sempre em prol da comunidade a que pertenciam, deixaram indefectível lacuna junto aos seus familiares e amigos, bem como a toda a comunidade curitibana.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção na ata dessa sessão, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO LOPES DOS SANTOS, ocorrido no dia 14 do corrente, em São João do Ivaí, deixando viúva a professora Maria Leite Lima e cinco filhos.

O extinto era comerciante e um dos fundadores do município, além de exercer o mandato de Vereador.

Requer ainda, que deste pedido seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1982.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido em ata dos trabalhos voto de pesar, pelo falecimento da Sra. PETRONILHA BORGES, ocorrido em Guaratuba no dia de ontem e que do pronunciamento desta Casa se dê conhecimento à família.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1982.

a) DARCY DEITOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção de um voto de pesar, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, pelo falecimento do Senhor VITÓRIO GREBOGE.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1982.

a) JOSÉ DOMINGOS

De tradicional família de Curitiba e de São José dos Pinhais, o Senhor Vitório Greboge era, acima de tudo, um homem trabalhador, respeitável e bom pai de família. Morador na rua Januário Alves de Souza, no Bairro do Boqueirão, seu desaparecimento deixou consternados não apenas seus familiares, mas também um grande número de amigos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo passamento na cidade de Colider, Matro Grosso, do Sr. HÊNIO ROMAGNOLLI.

O falecimento deste pioneiro umuaramense, vem enlutar não só o Município de Umuarama, como todo o Paraná, face à ativa participação do Sr. Hênio Romagnolli, na vida pública de Umuarama desde seus primórdios, tendo sido Vereador, Prefeito por duas vezes e Deputado Federal.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, à Avenida São Paulo, n.º 969, em Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1982.

a) ROMERO FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, um voto de profundo pesar pelo infausto passamento do jovem ANTÔNIO ROBERTO SABER, ocorrido nesta cidade, no dia 12 do corrente.

Nossa manifestação de solidariedade à família enlutada, prende-se pela grande amizade que temos, e por tratar-se de uma pessoa muito querida pelos seus amigos e parentes.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1982.

a) GILBERTO AGIBERT FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor, Dr. Joaquim Severino, digníssimo Diretor Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Paraná - FITC, solicitando as informações que seguem:

Dos 36.415 lotes de terra regularizados em nosso Estado por intervenção da FITC:

a) Quantos são Títulos de Legitimação de Posse e onde se localizam?

b) Quantos são Títulos de Compra e Venda? Qual a área abrangida nesta titulação e onde se localizam? Qual o preço médio por hectare cobrado na transação?

c) Quantos são os Títulos de Ratificação em todo o Estado?

d) Quantos são os Títulos de Ratificação nos Municípios de Cascavel, Toledo, Medianeira, Palotina, Santa Helena e São Miguel do Iguçu?

e) Quantas são as Licenças de Ocupação na Faixa de Fronteira?

Sala das Sessões, em 17 de março de 1982.

a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Na Mensagem Governamental do presente período legislativo percebemos a ênfase dada aos 36.415 lotes de terra regularizados em nosso Estado. É de fato um número que impressiona. No entanto, se faz necessário saber como se chegou a este número através de diferentes e possíveis especificações de títulos aceitos pela nossa legislação, bem como a localização de determinadas áreas atingidas.

Somos sabedores de que grande parte das regularizações são fruto da venda de áreas de terra pertencentes ao Estado. Temos que saber quem recebeu estas terras, quanto pagaram por elas e onde se localizam.

Outra parcela dessas regularizações devem pertencer às que foram feitas a título de ratificação, cuja campanha já se desenvolve há alguns anos em nosso Estado. Ao lado disso estranhemos que muitas regiões e glebas ainda não tiveram sua situação atendida pelos órgãos competentes, como é o caso da Gleba Londoeste, com a Fazenda Vendrami e Fazenda Sete Pecados, localizadas no Município de Santa Helena. São centenas de famílias que há muitos anos aguardam com muita ansiedade a definitiva regularização de suas terras, continuamente ameaçadas por supostos proprietários. A resposta das questões, matéria de nossa solicitação nos darão uma visão mais concreta da situação fundiária em nosso Estado bem como nos orientarão para apresentar nossas sugestões no encaminhamento de soluções para tantos conflitos de terra que ainda existem em nossa região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Nivaldo de Almeida Neto, DD. Secretário dos Transportes, solicitando do mesmo urgentes providências no sentido de recuperar o trecho da PR-090, compreendido entre o km 52 e a cidade de Piraí do Sul.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1982.

a) CARLOS ZANLORENZI

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido prende-se ao fato de que no referido trecho, em dias de chuva, nem mesmo os ônibus da linha podem trafegar, gerando assim enormes problemas para todo o povo daquela progressista região, tal é o estado de abandono em que se encontra dita rodovia. Assim sendo, solicitamos ao Sr. Secretário que tome as medidas cabíveis com a maior brevidade possível.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER o envio de ofício ao Senhor Secretário da Educação, Edson Machado, solicitando que, juntamente com a FUNDEPAR e a Prefeitura de Curitiba, se realizem estudos visando a construção de uma escola de primeiro grau no Jardim Primavera, Bairro de Uberaba.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1982.

a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma velha reivindicação dos moradores do Jardim Primavera, cujos filhos são forçados a grandes caminhadas para irem até a Escola mais próxima, ficando expostos à ação de marginais. Acreditamos que tal impasse poderia ser resolvido numa ação conjunta, envolvendo a Secretaria da Educação, FUNDEPAR e Prefeitura de Curitiba.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de ofício ao Senhor Secretário da Educação, Edson Machado, solicitando a implantação imediata do curso de segundo grau na Escola Milton Carneiro, localizada no Jardim Paranaense.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1982.

a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

Hoje, mais do que em qualquer outra época, ampliar as oportunidades de estudo é uma necessidade de importância vital para o desenvolvimento do País. É muito grande, portanto, a responsabilidade que o Governo tem nesse aspecto. Por esta razão, encaminhamos esta solicitação ao Secretário Edson Machado, homem sensível aos problemas da educação. A implantação do curso de 2.º grau, na Escola Milton Carneiro se torna necessária pelo fato de que é grande o número de jovens que, completando os estudos do primeiro grau abandonam a continuidade desses estudos pela absoluta falta do curso subsequente. Poder-se-ia dizer, até mesmo, que a quase totalidade dos alunos do primeiro grau abandonam os estudos após concluído esse curso. E a lacuna existente poderia ser preenchida com a implantação do curso que estamos reivindicando ao senhor Secretário da Educação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ofício ao Senhor Diretor da Polícia Civil e ao Senhor Secretário de Segurança Pública, solicitando o imediato afastamento do Sargento da PM Neri Prudente, Delegado de Polícia do Município de Quedas do Iguaçu, até que sejam apuradas as denúncias do Ministério Público da Comarca de Laranjeiras, pelo abuso de autoridade na prática de tortura contra cidadãos de Quedas do Iguaçu.

Que da decisão dê-se ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Ministro da Justiça.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1982.

a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Já por mais de uma vez apresentamos denúncia contra as arbitrariedades que vem cometendo o Delegado de Polícia de Quedas do Iguaçu, Sr. Neri Prudente.

Desrespeitando a própria Constituição Federal, esse Delegado já ousou proibir o livre direito de reuniões religiosas, tendo usado da força para proibi-las.

Se isto não bastasse, agora vem a denúncia de torturas praticadas pelo mesmo contra cidadãos daquele Município para confessarem algo que interessava à Polícia, com o agravante de que o próprio Ministério Público acatou a denúncia formulada por Jair Rodrigues e outros e solicitou ao MM. Juiz Criminal da Comarca a abertura de Inquérito contra o titular da Delegacia de Quedas do Iguaçu.

Razão pela qual solicitamos ao Secretário de Segurança Pública e ao Diretor da Polícia Civil o afastamento daquele truculento Delegado até, pelo menos, serem apuradas estas agravantes denúncias na Justiça.

tes denúncias na Justiça.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 22/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica vedado à SANEPAR, Companhia de Saneamento do Paraná, o lançamento e cobrança de tarifas, taxas, e ou sob qualquer outra denominação, o serviço de captação de esgoto nos municípios em que não tenha edificado e posto em funcionamento, as respectivas estações de tratamento.

Art. 2.º — Após as edificações e funcionamento das Estações de Tratamento, deverá a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, submeter à apresentação do Poder Legislativo, para análise, os critérios e valores a se cobrar do contribuinte, nunca ultrapassando os custos de manutenção das respectivas redes e estações de tratamento.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1982.

a) DEL CIEL

JUSTIFICATIVA:

Objetivamos com o presente projeto de lei, regulamentar e até mesmo proibir a cobrança de tarifas, taxas ou sob qualquer outra denominação, o serviço de captação de esgoto nos municípios do Paraná, onde a SANEPAR, não tenha edificado estações de tratamento dos dejetos que sendo lançado a "cúcu aberto" em córregos e rios não têm custo operacional, além de mesmo minorando em algumas cidades a poluição do ar e de mananciais, agrava a poluição da água e da atmosfera nos locais de descarga das redes coletoras.

Na atualidade, a SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná, vem taxando o contribuinte com o mesmo valor que se lhe cobra pelo consumo d'água, o que julgamos injusto e oneroso, para o munícipe que tanto tem contribuído para a edificação de uma SANEPAR, progressista e operosa.

Cabe ainda lembrar aos Senhores Deputados que a SANEPAR cobra do munícipe os custos da implantação da rede de captação de esgoto e no futuro com a edificação e funcionamento de Estações de Tratamento de Esgoto, se submeta à apreciação deste Poder, o critério a se adotar para uma possível implantação de taxa de manutenção e funcionamento do respectivo serviço.

Por entender, ser de justiça e de direito dos paranaenses, submetermos o presente projeto de lei à apreciação do colendo Plenário, certos de que a matéria merecerá profunda atenção dos Senhores Parlamentares.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 01/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A .

Art. 1.º — É autorizada a realização de plebiscito na área litigiosa entre Jataizinho e Assaí, compreendida entre as divisas seguintes: "Começa no Rio Tibagi, na foz do Ribeirão Saltinho sobe por este até encontrar a reta divisora das companhias colonizadoras "Brasil - Norte do Paraná" — em rumo N.S. verdadeiro segue por esta reta até encontrar o Ribeirão do Tigre, sobe por este até encontrar a reta rumo N.S. verdadeiro que vem da cabeceira do Ribeirão do Ipê, sob por esta reta, alcança as cabeceiras do Ipê, desce por este a sua foz no Ribeirão Jataizinho pelo qual sobe até a sua "cabeceira", afim de que a população consultada decida sobre a anexação da área a Jataizinho.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1982.

a) ROSÁRIO PITELLI

JUSTIFICATIVA:

Há necessidade urgente de se corrigir uma situação que perdura há mais de 20 anos.

A Lei n.º 790 de 1951, ao fixar a linha divisória entre os municípios de Assaí e Jataizinho o fez equivocadamente. Não corresponderam tais divisas a expectativa geral, as necessidades locais, e, muito menos aos anseios de considerável contingente populacional.

E não é recente, evidentemente, essa constatação. São décadas de lutas no sentido de reparar o erro e acrescentar a área delimitada neste projeto ao município a que de fato pertence, ou seja Jataizinho.

Com este Município de Jataizinho se vincula toda a atividade local, comercial e industrial, cultural e educacional. É Jataizinho, inclusive, o mantenedor de estabelecimentos que atendem a população escolar.

A atividade social, o convívio geral, tudo torna manifesta, inarredável, a preferência dos habitantes locais por Jataizinho, que ardentemente desejam integrar.

Tão nítida e imperativa é a almejada transferência de área que, em certa época, chegaram os Prefeitos Municipais interessados a assinar um acordo, que só não resultou na alteração desejada por inadequação da via legal escolhida.

Para melhor ainda justificar esta proposição, que para qual pedidos a aprovação dos nobres Pares, juntamos um "dossier" completo de exposição, justificação e solicitação do Senhor Prefeito Municipal de Jataizinho, Evilázio Rangel Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Enquanto afogam o povo em suas mãos, os corruptos deixam cercar-se de homenagens e condecorações e o Presidente da República está preocupado com a imoralidade em outros campos. Chego a crer que o "câncer da corrupção", que campeia nos meios públicos pelo Brasil afora, periga inclusive institucionalizar-se, se é que ainda não está institucionalizado. Foi para descer a esta degradação nacional que se fez neste País uma Revolução. Estamos há 18 anos pagando um preço incalculável para entronizar o arbítrio, a supressão da ordem jurídica e do Estado de Direito, a imoralidade em favor de meia dúzia que se encastelaram no poder. No entanto, o Presidente está profundamente preocupado com a pornografia. E o que é pior, é que contra a restauração democrática, se entrincheiraram forças dessa corrupção maligna, verdadeiro flagelo nacional, que logicamente receia o advento do Estado de Direito.

Este é o quadro, Sr. Presidente, sombrio da realidade em que habitam as mais descabidas contradições: onde os corruptos se proliferam na impunidade, enquanto se injuria um Cardeal, preocupado com este estado de coisas moral do Estado, se homenageia a figura mais duvidosa que a CACEX já conheceu. É a necrofilia suplantando a biofilia. Os mais altos postos, as melhores medalhas, as mais honrosas condecorações são reservadas aos necrofilos mais comprometidos com a corrupção, com o terror e o entreguismo da Pátria. A predileção de amor pelos pobres, desamparados e oprimidos, pela paz social, são considerados crime contra a Segurança Nacional. Por outro lado ensaiar o terror com bombas e concentrações públicas, ameaçar e intimidar líderes populares através de seus familiares, entregar nossas riquezas, acobertar fraudes cambiais, comprometendo a vida social da Pátria não constitui crime, segundo eles.

A propósito desse lamentável estado de coisas, quero, neste instante, registrar nossa decepção diante de dois episódios

característicos de uma sociedade necrófica e, portanto, amante de morte.

O primeiro é referente a AECIC/81 — título que foi entregue agora há pouco, pela Associação dos Empresários da Cidade de Curitiba, ao Sr. Bendito Fonseca Moreira, Diretor Presidente da CACEX há mais de 15 anos. Não querendo nos emiscuir em assuntos de foro particular da entidade patrocinadora do título, não podemos, por outro lado, deixar de registrar o fato como lamentável. Pois nesta Casa apontamos, em discurso, de como este cidadão negligenciou, e pior, usou de seu cargo para passar informações falsas e assim favorecer a multinacional Neva lesando uma expoente empresa do Paraná — a GLITZ Ltda. A CACEX, sob a administração do cidadão hoje homenageado, é uma das responsáveis diretas das lamentáveis fraudes cambiais praticadas por multinacionais contra os interesses de empresários brasileiros, enfim contra a Nação brasileira.

Citaremos, à guisa de exemplo, a prática de abusos econômicos com fraude cambial praticado através de subfaturamento em exportações e superfaturamento em importações, a exemplo da PHILIPS, DOW-CHEMICAL, SHERING NEVA, BANCO CIDADE DE SÃO PAULO, aliás amplamente vexado pela imprensa nacional.

A entidade, por certo, deve ter suas razões para prestar tal homenagem, no entanto, torna-se cúmplice da permanência no poder e endosso do desvio de função acometido por mais de um dos muito lesa-pátria atualmente no poder.

Mas o incrível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que na mesma semana em que se homenageia um "mau brasileiro" comprovado e referendado como tal junto à opinião pública, assistimos a difamação, a calúnia, a injúria atingir um dos mais respeitáveis Cardeais do Brasil, Dom Evaristo Arns com a pecha de mau brasileiro. Dom Evaristo Arns, Cidadão Honorário do Paraná, é acusado de "mau brasileiro" por posicionar-se em favor do desarmamento e da paz. E queremos, neste momento, mais uma vez, nos posicionar ao lado de Dom Evaristo Arns referendando a sua condição de Cidadão Honorário do Paraná e lamentar a estupidez, a indelicadeza do autor da agressão, que pelo posto que ocupa deveria inspirar mais respeito, para ser respeitado. E assim como Dom Evaristo Arns, a Igreja Luterana, ao lado de tantas outras que lutam pela paz, queremos também endossar a sugestão vertida no sentido de que o Brasil tem condições inéditas em contribuir para a paz no mundo colocando-se como exportador de alimentos em vez de exportador de armas. Pois para tal incumbência temos 16 milhões de famílias de lavradores, um verdadeiro batalhão de soldados prontos a investir nesta guerra contra a fome. Faltam-lhes no entanto as armas que são a terra para cultivar e que hoje se encontram em mãos de trustes multinacionais na ordem de milhões de hectares.

Finalmente digo que fizemos este registro aqui desta tribuna para que, no dia de amanhã, não sejamos confundidos com os que hoje semeiam ódio, a desonestidade, a corrupção, enfim, a morte em suas posições necrófilas.

Somos amantes da vida e não da guerra. Estamos ao lado dos que hoje, apesar das adversidades, propugnam a paz e respeitam a vida. Somos igual pirilampos que apesar da noite escura insistem em combater as trevas. Por isso estamos há muitos anos combatendo a imoralidade, permissibilidade e a impunidade não tanto no campo que quer o Presidente General Figueiredo, mas exatamente no campo imoral onde ele se encastelou.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por ocasião do último período legislativo, a Mesa desta Casa recebeu requerimento de ilustre integrante da Bancada do PMDB em que propunha o envio de expediente ao Ministro da Indústria e Comércio, denunciando a atuação de funcionários categorizados das agências de Curitiba e Londrina, do Instituto Brasileiro do Café. Segundo as previsões deveria este Plenário voltar à referida proposição no decorrer do corrente mês. Surpreendido, porém, fui informado pela assessoria da Mesa, que o requerimento não estava entre os pendentes e que seguira seu trâmite, declarado aprovado, por entendimento entre as lideranças ao encerramento da convocação extraordinária.

Assim, recorro a esta tribuna para manifestar minha opinião, de antigo observador do trabalho da autarquia enfocada em Curitiba e do desempenho de seus dedicados servidores em número de 178. Inicialmente, é oportuno ressaltar que este potencial humano é modesto diante do fato de que a jurisdição da agência do I.B.C. de Curitiba, abrange unidades localizadas na Capital do Estado, Pinhais, Palmeira, Ponta Grossa, além de terrenos em Toledo.

Analisando a atuação dos funcionários categorizados, denunciados pelo Deputado autor do requerimento, verificamos que a razão não o assiste. Senão, vejamos: no setor jurídico, atuam em Curitiba, dois procuradores autárquicos que, com o Chefe da Procuradoria Regional de Agência de Paranaíba e seu substituto, atendem os assuntos jurídicos daquela regional, da agência local de Curitiba e demais agências da região, especialmente tendo em vista os processos de competência da Justiça Federal.

O zelo e o denodo dos procuradores no exercício das funções, têm sido notórios, no setor de agronomia encontramos um engenheiro agrônomo, prestando assistência técnica aos cafeicultores interessados, sendo também executor de diversos convênios com o Governo do Estado do Paraná. Promovendo-se a assistência técnica à cafeicultura e ao Plano de Renovação e Revigoração dos cafezais no Litoral Paranaense, acordo esse assinado em 1980, entre o I.B.C. e a Secretaria de Agricultura do Paraná.

No setor de engenharia, temos um engenheiro atendendo obras das jurisdições de Curitiba, Paranaíba, Londrina, Maringá, incluindo-se todas as reformas das respectivas redes armazenadas. Nas Seções de Apoio Administrativo e de Classificação encontram-se dedicados e eficientes funcionários que de forma exemplar cumprem com suas obrigações.

Outrossim, deve-se considerar que a presença da Agência do Instituto Brasileiro do Café em Curitiba se constitui em segurança para a população regional, quanto à qualidade do café produzido pelas indústrias, agindo permanentemente os integrantes da Seção de Fiscalização e Controle de Estoques.

Dizer de forma genérica que funcionários da Agência do IBC de Curitiba têm sido negligentes ou desinteressam-se pelas suas atribuições funcionais é uma flagrante injustiça ao bom desempenho da grande maioria, notadamente aos de maiores responsabilidades.

Deixo, portanto, estes esclarecimentos registrados nos Anais desta Casa, e deste pronunciamento darei ciência ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Indústria e Comércio e do Instituto Brasileiro do Café, através do encaminhamento de cópias das notas taquigráficas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos trazem-me à tribuna. O primeiro, Sr. Presidente, é um pedido de afastamento do Delegado de Polícia de Quedas do Iguaçu, porque o mesmo delegado está sendo pro-

cessado e denunciado na Comarca de Quedas do Iguaçu pela prática de tortura contra pessoas que foram arbitrariamente presas e detidas naquele município.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, é o assunto da Procuradoria Geral do Estado.

Estranhamente, o atual Procurador Geral do Estado quando não ocupava esta função, foi um dos subscritores de um pedido formulado por expressivo número de advogados do Estado, para que se implantassem, nas folhas de pagamento, uma decisão do Supremo Tribunal Federal que determinava o pagamento, a gratificação que tinham direito, em função do Decreto-Lei 56, de 11 de janeiro de 1935, da Percentagem Fazendária.

Pois bem, Sr. Presidente, agora o Sr. José Manoel de Macedo Caron, nas funções de Procurador Geral do Estado, estranhamente, sem colocar seu cargo à disposição, sugere, ao Secretário de Recursos Humanos, que negue aquele próprio pedido que ele, como Procurador, como Advogado do Estado formulou, para que se pagasse a percentagem que os funcionários têm direito e que inclusive foi reconhecido através de sentença judicial, transitada em julgado do Supremo Tribunal Federal; cuja sentença foi determinada que fosse implantada pelo Juiz da Segunda Vara da Fazenda Pública, aqui no Paraná, independentemente de qualquer outra medida.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em data de ontem, os advogados do Estado se reúnem em assembléia e decidem de que se esta medida não for adotada, de que se esta decisão do Supremo Tribunal Federal não for acatada pelo Estado do Paraná e implantada em folha, estes Procuradores do Estado irão pedir a Intervenção Federal no Paraná.

Isto é o caso típico do artigo 10, item 6.º da Constituição Federal, que autoriza exatamente a Intervenção Federal nos Estados quando sentença judicial não seja cumprida.

O Governo do Estado do Paraná se nega a cumprir uma sentença que favorece os seus próprios advogados e isto será a grande ironia para o Governo do Estado do Paraná. Ter um pedido de intervenção formulado, solicitado por seus próprios advogados; as próprias pessoas que vão defender o Governo do Estado na Justiça, são eles que irão pedir a intervenção do Governo Federal para fazer com que este Governo cumpra uma decisão judicial.

Mas, mais irônico ainda, será que esta intervenção venha no exato momento em que o nosso Tribunal de Justiça aprecia um pedido de interpelação judicial do que o Governo do Estado do Paraná está fazendo com o dinheiro, este mesmo dinheiro que está rolando na promoção eleitoral e pessoal do Governador do Estado, candidato, e de um seu ex-Secretário de Justiça. É ironia de um Governo que gasta e esbanja dinheiro, dinheiro que é de seu funcionalismo e que corre o risco de ter decretada a intervenção Federal no Estado, porque simplesmente data vênha o nosso entendimento, está desviando dinheiro. Se o Governo do Estado do Paraná não procurou defender seu interesse junto ao Supremo Tribunal Federal, ele não pode agora se negar a cumprir uma decisão judicial.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich, inscrito.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não podemos nos calar ante a agressão dirigida a um dos mais sérios e dignos homens do cenário cívico-religioso deste País, além de Cidadão Honorário do Paraná.

O Arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Ams, acaba de ser considerado um "mau brasileiro", por parte do General Coelho Neto, chefe do Gabinete do Ministro do Exército, pelo fato de ter condenado a fabricação e exportação de armamento pelo Brasil, transformando-o num dos grandes exportadores de armamento.

Tal injúria mede bem o pensamento de alguns patricios, ocupantes de altas funções na vida nacional, bem como evidencia o paradoxo existente no modelo econômico-político implantado há tantos anos.

Sem dúvida, valores, posições, propostas entram em choque ante afirmações agressivas como a exposta pelo General, pois não foi a pessoa do Arcebispo o principal alvo - aliás a condenação do fabrico exagerado de material bélico foi de todos os Bispos brasileiros, conforme documento unânime (Apelo de Paz-contrá a indústria bélica) tirado na última reunião de Itaiç - , mas todos aqueles que, no Brasil e no Terceiro Mundo, colocam como verdadeiros valores, os de amor à vida, à liberdade, à preservação da espécie. Atinge todos os que entendem que muito mais importante do que fabricar armas - a rigor compradas por países explorados e oprimidos para guerrearem entre si - é construir uma sociedade mais justa, mais digna, mais livre, mais igualitária.

Eis pois nosso mais enérgico protesto a quem, agredindo a vontade nacional e a consciência de nosso povo, prefere se orgulhar da condição de grande exportador de canhão, enquanto permanecemos numa estrutura político-social profundamente injusta e opressiva, que importa pão.

A escandalosa distância - que dia-a-dia se amplia - entre pobres e ricos; a violenta miserabilidade de extensas faixas da população, a fome e a desnutrição; os salários aviltados; o desemprego assustador e o subemprego aviltante, as graves enfermidades crônicas; a gigantesca mortalidade infantil, a carência de moradia; o espectro terrível do analfabetismo, a dependente situação de neo-colônia em que vivemos. É QUE DEVERIAM PREOCUPAR O GENERAL e não quem grita o grito de "PAZ, PAZ, PAZ..."

Quero concluir, Sr. Presidente, com as palavras que constam do próprio documento aprovado por unanimidade pelos bispos, da última reunião de Itaiç, que reproduziu a expressão de um General e ex-Presidente norte-americano, Dwight Eisenhower "Sr. Presidente, Srs. Deputados, cada arma fabricada, cada belonave lançada, cada foguete disparado, significa no final, um pobre que padece de fome e não tem o que comer, um pobre que está nu e não tem o que vestir".

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pela vez primeira neste período que estamos na tribuna, para fazer um apelo, Sr. Presidente, para fazer um apelo Srs. Deputados, ao nosso líder, Deputado Erondy Silvério, ao ilustre Secretário dos Transportes que está marginalizando o Norte Pioneiro.

O Sr. Secretário está abusando com os líderes do PDS no Norte Pioneiro. O Sr. Secretário não sabe que foi votado nesta Assembléia, lei para que ele tivesse recursos por intermédio das agrovias, para aplicar nas regiões em estradas vicinais.

O Sr. Secretário está abusando. O homem delicado e educado, mas que de transportes no Norte Pioneiro não entende nada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é hora da verdade. Vamos falar o que está acontecendo no Norte Pioneiro. Apenas 12 km de estradas que interliga Jundiá do Sul a Ribeirão do Pinhal.

Foram os únicos que ficaram sem fazer no Governo do Sr. Jayme Canet Jr. Foram os únicos que Canet não teve tempo de fazer.

Agora o Sr. Secretário não quer incluir. Porque, nós não costumamos bajular secretários. Nós não costumamos, Líder de nossa bancada, Sr. Presidente, e dessa tribuna haveremos de cobrar do nosso Nivaldo Almeida, o belezinha que

estará apenas estragando o Governo Ney Braga, que estará desagilizando um programa sério. O programa de agrovias, é o dinheiro que vem para ser aplicado em benefício do povo, não para ficar à mercê de tecnocratas.

Então Palácio representa Ribeirão do Pinhal, nós representamos Jundiá do Sul. Se a isso não bastasse, pelo menos uma satisfação do Sr. Secretário que nada fez para o Norte Pioneiro até hoje. Nós devemos cobrar e dizer ao Sr. Secretário como diz o Presidente Figueiredo: "ou galopa, ou sai da estrada".

Porque, de vagabundos, nós estamos cheios. De homens que não têm o que fazer, de homens que vivem bajulando o Governo, nós estamos cheios.

Como pode, Sr. Presidente, vir um volume de dinheiro, como veio para o Paraná e apenas 14 km para economizarmos 30 km das demandas rodoviárias que vêm de Londrina para o Estado de São Paulo.

O Sr. Secretário faz ouvir os loucos. Ele não escuta os Srs. Deputados. O Sr. Secretário nos marginaliza.

É um alerta que eu quero dar a este moço, que deveria ser artista de cinema. Este moço que não dá confiança nem aos Srs. Deputados de seu partido. Este moço que deveria estar na rua. Porque, meu líder, é a grande verdade e a verdade deve ser dita. Nivaldo Almeida não merece a nossa confiança, Nivaldo Almeida é um homem que não olha, é um arbitrário. O Sr. Secretário dos Transportes é um homem que não olha nada. Seriam para atender ao Deputado Palácios e o Deputado Gabriel Manoel e o Norte Pioneiro, 14 km de estrada que já tem a estrutura, a infra-estrutura que está faltando apenas o asfalto que está faltando. Já tem a sua parte, já tem o sistema de terraplenagem e o que escutam os do Sr. Secretário, que não foi possível incluir.

Fizemos um apelo a este ilustre moço, que o único apelo agora é dizer, que ele está falido, que se continuarmos com este homem, o Governo está falido. A Secretaria dos Transportes é um fracasso, é um fracasso e eu estou aqui para ser protestado pelos homens do Governo. É um fracasso o Sr. Nivaldo Almeida na Secretaria de Transportes. É moço que só vive de ilusões, é moço que só sabe bajular, que me permita o nosso Líder.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabamos de ouvir um companheiro de bancada, amargurado, tecer considerações num dos setores mais importantes do Governo do Estado.

É evidente que, por um dever de companheirismo, temos que ficar ao lado do liderado. Mas, por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há que considerar um plano de obras, há que se levar em consideração a situação atual do Tesouro do Estado, que não permite, evidentemente, antes que a próxima parcela do empréstimo contraído no exterior chegue ao Paraná, a contratação de novas obras.

E o titular daquela Pasta, que nós reconhecemos ser um homem correto, ser um administrador capaz, é evidente que não tem condições, de momento, de atender não só aos reclamos da região do Norte Pioneiro, que é justa a reivindicação, que é das mais oportunas das mais necessárias.

Mas, tenho absoluta certeza que ainda no decorrer deste exercício, a situação será normalizada.

Mas, tempo de eleição, ano de eleição, Sr. Presidente, é isto mesmo, é "chapéu no chão". Há um velho provérbio que diz: "tempo de guerra, chapéu na terra, tempo de eleição, chapéu no chão". E não é outro o nosso pensamento com relação à entrevista publicada hoje num dos jornais da Capital, do nobre Deputado Deni Schwartz, bem como da outra publicada pelo mesmo jornal, a 9 de março do corrente ano.

Nas duas entrevistas, nota-se a preocupação, primeira...

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Líder, o Senhor é muito crédulo. Acreditamos na sua confiança. Mas, eu vou ficar "nu" no plenário, se o Nivaldo atender a minha estrada.

Muito obrigado.

O Sr. Palácios — Nobre Deputado, permite um aparte? (Assentimento).

Antes que Vossa Excelência prossiga com a sua habilidade costumeira de nosso Líder incontestado, eu gostaria, em adendo, referir-me sobre esse trecho de rodovia de 12 quilômetros e pouco, que é um hiato entre Londrina e Curitiba, porque faltam apenas esses 12 quilômetros.

E, apesar de nossas seguidas insistências, temos recebido a resposta, sempre, de que "não está no plano, não está no plano e não está no plano".

Mas, não temos recebido, pelo menos, uma esperança de que haverá um estudo para que ela seja colocada em um plano, de uma forma mais breve, porque, pela sua situação, ela vem impedindo que aquele trecho total seja utilizado, inclusive descarregando outras rodovias que têm o seu tráfego de veículos aumentado em função disso, e, por isso mesmo, aumentando a quilometragem de veículos que fazer 50 a 60 quilômetros a mais, exatamente ocasionando gasto de combustível, porque faltam esses 12 quilômetros.

As obras de arte estão executadas, foram iniciados os serviços de terraplenagem, o Governo no passado, deu início, mas não havia deixado recursos e já interferimos junto ao Governador Ney Braga, e esperamos que, se não houver possibilidade, que seja financiada pelo BID, que sejam alocados recursos do Governo do Estado para que essa obra seja concluída. Muito embora a Secretaria que já tem o projeto todo, responda sempre com evasivas, queremos deixar registrado, aqui, nosso protesto, porque também não recebemos ainda uma resposta concreta.

Mas, espero que, sob a batuta do Governador Ney Braga, que é nosso maior Líder no Paraná, essa obra seja colocada no plano, e que seja Vossa Excelência, Deputado Erondy Silvério, o portador de nosso pedido.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência e quero, novamente, reafirmar que eu estou solidário com Vossas Excelências e com o povo, principalmente com o povo daquela região. Porque, quando o poder público executa uma obra não é para o Deputado, mas para a região que ele representa, para a imensa legião de paranaenses que labuta naquele chão. E é evidente que tenho que estar solidário e, como Vossas Excelências achar que a estrada é inadiável.

Agora, não gostaria de ver o nobre Deputado Gabriel Manoel "nu" neste plenário. Primeiro, porque o decoro da Casa não o permitiria. Segundo, porque foi num momento de arrobo, de grande emotividade que sempre cerca as orações do nobre Deputado Gabriel Manoel. Porque sei que Sua Excelência tem um mandato a zelar, um mandato que ele tem zelado com tanta dedicação, com tanto trabalho, desde 1966. E eu disse aqui que a região do Norte Pioneiro começou a redimir de 1966 para cá, quando aqui vieram Aguinaldo Pereira Lima, de saudosa memória e Gabriel Manoel, que não tem poupado esforços para atender aquela região.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, foi uma força de expressão que usei. Mas, quando vemos um negligente, um homem que não tem

condições técnicas para ser Secretário dos Transportes. A única coisa que ficou, nobre Deputado, diga-se, a bem da verdade, do Governo Jayme Canet Júnior, foram esses 14 quilômetros. O grande Governador Ney Braga, nosso Líder, nos mandou falar com esse moço "mariposa da ilusão". Porque, ele está nos iludindo, estamos desesperados, nobre Deputado, ele quer fazer depois, quando perdermos as eleições, no Norte Pioneiro? Porque, o problema do Norte Pioneiro não é reivindicação nossa, nem de Palácios, nobre Deputado, o problema do Norte Pioneiro, é o problema de gente que trabalha, que está lá vivendo. Vossa Excelência, nobre Deputado, conhece o Norte Pioneiro, já estão prontas as obras de arte, já estão feitos os trabalhos de terraplenagem. Esse moço mente. É um mentiroso, é um tapeador, eu só digo o seguinte, fizemos tudo, graças à Liderança de Vossa Excelência, a Liderança do Governador Ney Braga, mas eu queria que ele dissesse o que deu para o Deputado Palácios, para mim, Gabriel Manoel, por intermédio do Norte Pioneiro. E para Vossa Excelência que muito fez pelo Norte Pioneiro e que tem muitos votos, cem mil votos, e que, muitas vezes, decide a eleição do governo. Esse homem não nos dá satisfação, nem somos recebidos por ele. Estamos aqui, infelizmente, lavando a roupa que deveria ser lavada em casa.

Deputado Erondy Silvério, quero apenas, obedecendo a Vossa Excelência, porque sou um homem fiel às tradições de liderança, agora, Nivaldo Almeida não tem condições nem de ser engenheiro de distrito. Porque, queria que Vossa Excelência citasse, para os Deputados, o dinheiro que vem das agrovias, para ser aplicado. Será que o Norte Pioneiro só tem madrastra? Palácios, Aguinaldo, Escorsin, o Senhor e outros que o representam, eles que digam o que ele fez pela Estrada do Cerne, ele que diga onde aplicou, o que foi que ele deu para o Norte Pioneiro, foi, simplesmente, uma madrastra, e, "covarde é aquele que foge à luta" - como dizia Ruy Barbosa, covarde é aquele homem que não vem apontar os erros dos seus amigos, então, se eu estiver errado, o Dr. Nivaldo que o diga, que venha aqui à tribuna, que vá ao Governador Ney Braga e diga que eu fiz isto para o Norte Pioneiro, não para mim porque eu não preciso pedir emprego para mim, meu querido Líder, é que, esse homem está usando e abusando há dois anos, de nós, está tripudiando sobre o meu povo, e com pena, com sanção, de eu levar sanção do Governo, de eu não ser eleito, esse homem é um negligente, esse homem está aplicando mal o dinheiro que veio das agrovias, esse homem é um bajulador, e, diga-se de público, de público e a bom som - com a devida vênica de Vossa Excelência e do meu Presidente e dos meus companheiros de bancada - esse homem "tem que galopar, ou sair da estrada"!

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência e posso compreender o estado de espírito de Vossa Excelência, a preocupação que tem, o Deputado, por sua região, mas, Vossa Excelência que é pródigo também em citar provérbios populares, sabe que, "até as abóboras se acomodam com o trotar das charretes", então, o tempo, é o grande remédio, nós temos certeza de que ainda este ano, a estrada será concluída, é evidente que será concluída.

Eu queria me permitir voltar ao assunto principal da minha estada na tribuna...

O Sr. Gemote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Um aparte bem curtinho, um minuto apenas, eu agradeço a sua concessão.

O Deputado Tadeu Lúcio Machado e este que vos fala, temos, subscrito, sobre a mesa, um requerimento nesse mesmo sentido; gostaríamos, e reivindicando essa mesma obra, gostaríamos de acolher assinaturas dos Parlamentares do PDS nesse requerimento, e pedir desde já, à Liderança do PDS, que consi-

derasse, à hora da votação em plenário, este pedido que por várias vezes houveramos testemunhado como sendo justo e sendo necessário, só para pedir, neste instante, a conveniência de Vossa Excelência, nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência sabe que, antes da leitura do requerimento, é evidente que não posso assumir o compromisso, todavia, todas aquelas proposições que visem o interesse público e que, no seu conteúdo não evidenciem nenhuma matéria de ordem política, é evidente que levará o nosso apoio!

Mas voltando ao assunto principal, Sr. Presidente, e lamentavelmente não se encontra presente o nobre Deputado Deni Schwartz, mas, nas duas entrevistas, eu estava dizendo, nas duas entrevistas notou-se a preocupação maior, do nobre Deputado Deni Schwartz, em, primeiro, atingir a Bancada do PDS nesta Casa, com relação ao endividamento externo do Estado do Paraná, e, na entrevista de hoje, o intuito mais do que evidente foi, atingir a pessoa do candidato Saul Raiz, candidato do PDS à sucessão governamental, e nós, há que existir um respeito, pelo menos pela figura humana dos candidatos, há que existir um respeito ainda maior, pelos componentes de uma bancada que é a majoritária nesta Casa, e mesmo que não o fosse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu nunca vi, em todos esses anos em que exerci mandatos parlamentares, um companheiro de Casa Legislativa, de Parlamento, ir à imprensa e acusar de facionismo de acomodação, uma outra bancada, quer dizer, foge da ética parlamentar, aliás, o Deputado Deni Schwartz é um Deputado que me surpreende, ele tem - porque inteligente é, muito inteligente - momentos de sublime grandeza em que se vê, em Sua Excelência, o idealismo, a vontade de acertar, a vontade de ser útil ao seu povo, em outros momentos e quase que, subitamente e num verdadeiro paradoxo, nós assistimos que, o Deputado Deni Schwartz, parece-me, a impressão que eu tenho, que ele é tomado por um bloqueio mental, que o nivela aos homens que não têm cultura, aos homens que não têm condições de estar num parlamento, representando parcela do povo. Esses momentos de bloqueio mental do nobre Deputado, o levam a dizer até disparates, como este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que ele disse na sua entrevista do dia 9 de março, dizendo que a dívida cresce como bola de neve, chegando ao ponto de o Estado contrair dívidas para pagar dívidas anteriores, fato reconhecido pelo Secretário Edson Guimarães. Deni Schwartz afirmou: "infelizmente a Bancada Majoritária do Governo, (que é a nossa, que é o PDS) é insensível e aprova em cruz tudo o que vem do Palácio Iguazu, apesar de nossas seguidas advertências. Nenhum Deputado do PDS parou para pensar, para refletir quanto esse "trem da alegria" vai custar ao Paraná, comprometendo irremediavelmente o seu futuro".

É uma questão de concepção. É uma questão de ponto de vista, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Aquilo que a um Deputado oposicionista, parece um "trem da alegria", aquilo que a um Deputado da Oposição, parece ser omissão da Bancada Majoritária nesta Casa, na nossa concepção, é a contribuição que nós fazemos ao votar as mensagens que autorizam o Governo do Estado, a contrair empréstimos externos. Na nossa concepção, estamos ajudando exatamente a construir o futuro desse Estado, porque as administrações públicas sempre foram assim, desde o tempo do império, desde o primeiro governo republicano. Os governos contraem os empréstimos, deixam, terminam o seu mandato, quem os sucedem pagam esses empréstimos, e contraem novos e assim a rotatividade do poder. Isto não é anormalidade, desde que as importâncias dos empréstimos contraídos no exterior em moeda estrangeira sejam religiosamente aplicadas em obras de infra-estrutura que promovam o crescimento do Estado, que promovam o bem estar da gente paranaense, porque ninguém ignora que num país em expansão como o nosso, cuja

população cresce a cada dia, a cada hora e a cada minuto, os governos têm que evitar a estagnação do seu progresso, do seu desenvolvimento, a fim de assegurar sempre aos jovens que ingressam no mercado de trabalho, um lugar ao sol.

Então são concepções. Respeito muito a concepção da Oposição nesse particular, do Deputado Deni Schwartz, mas também não gostamos, nós Deputados integrantes da Bancada do PDS, de receber lições de comportamento nesta Casa, porque nós seremos julgados a 15 de novembro, pelo povo, não pelo Deputado Deni Schwartz, ou por nenhum outro Deputado da Oposição. Será o povo que irá julgar o nosso comportamento nas urnas.

Então estas lições de comportamento, nós dispensamos, dispensamos e lamentamos profundamente que um Deputado, como já disse, que sempre teve uma conduta das mais elogiáveis, tenham em determinados momentos, esse bloqueio mental, que o nivela a qualquer "João ninguém" e venha desandar as suas críticas públicas através da imprensa a uma bancada que merece o respeito, porque representa a parcela maior do povo paranaense nesta Casa.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência é incoerente quando afirma que respeita a concepção do Deputado e depois o picha como bloqueio de memória, de inteligência...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não quero cortar o aparte de Vossa Excelência, mas, Vossa Excelência é que está sendo incoerente, não está entendendo o que eu estou falando. Respeitamos o posicionamento dele em discordar da dívida externa, em discordar da administração pública, mas não aceitamos as críticas que ele faz, públicas, ao comportamento da nossa bancada. Não aceitamos, rejeitamos e repudiamos, porque não necessitamos de lições de comportamento nesta Casa. A concepção que ele faz é uma, mas a nossa é exatamente ao contrário, quando nós votamos uma mensagem aqui autorizando o Governo do Estado a contrair empréstimo de qualquer natureza, na nossa concepção nós estamos ajudando o Estado. Devolvo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Nilso Sguarezi — Obrigado, Nobre Deputado, entendo que ainda assim é incoerente a posição de Vossa Excelência. Porque se Vossa Excelência reconhece o direito do Deputado formular críticas e de se posicionar, Vossa Excelência pode é discordar dessas críticas mas não pichar o Deputado de que ele tem um embotamento. Porque Vossa Excelência pode no plano de inteligência se apor aos argumentos, agora, dizer a esse Deputado de que ele não tem inteligência, data vênia, Vossa Excelência está sendo incoerente e Vossa Excelência pode discordar, como de fato está discordando. Agora, lamentavelmente, nobre Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência não conseguirá nunca provar no Paraná, que falta inteligência ao Deputado Deni Schwartz, um dos mais brilhantes, capacitados e qualificados membros desta Casa. E quanto ao problema da dívida externa, Vossa Excelência é testemunha ocular, do zelo, do cuidado, do carinho que esse Deputado trata do assunto. Ele pode ter posição de divergência a Vossa Excelência, mas, lhe faça mérito, reconheça o cuidado, o zelo próprio de um parlamentar responsável que pode ter opinião divergente de Vossa Excelência.

Acredito e está constatado pela presença de Vossa Excelência na tribuna, criticando, mas dizer, Deputado, de que ele tem um embotamento de memória, lamentavelmente, Vossa Excelência é incoerente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas Vossa Excelência novamente não acom-

panhou as minhas palavras desde o começo. Eu disse que o Deputado tem, assim, bloqueios mentais no instante em que ele vem publicamente atacar a Bancada Majoritária desta Casa. Agora, quanto à inteligência do Deputado Deni Schwartz, nós não temos dúvida, apenas temos dúvida quanto aos dados, as informações falsas que ele forneceu à imprensa.

Veja Vossa Excelência, apesar do Brasil ser um País pobre em estatísticas, apesar do esforço do Governo em aperfeiçoar órgãos específicos do setor, os números coletados ainda são frágeis.

E é exatamente desta fragilidade que se serviu o nobre Deputado Deni Schwartz.

Constantemente, podemos acompanhar, nesta Casa, não só discursos do nobre Deputado Deni Schwartz, mas de alguns Deputados da Oposição, citando números e mais números, fazendo cálculos, propondo estatísticas.

Infelizmente, essas estatísticas, nem sempre correspondem à realidade.

O Sr. Nilso Sguarezi — Nem as oficiais, não é Deputado!

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vejam que o nobre Deputado declarou à imprensa que a dívida externa era superior a 1 bilhão de dólares.

Onde é que está a inteligência tão proclamada desse Deputado?

Por que?

Porque ele fez um cálculo projetando os serviços da dívida de 311 milhões de cruzeiros, projetando os serviços por 20 anos.

Este dinheiro vai gerar uma receita muito superior a um bilhão de dólares ao Estado.

Então, quer projetar uma dívida para daqui a vinte anos e nós vamos aceitar uma balela desta natureza.

Ora, tenha paciência!

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte?

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já concederei a ambos.

Ora, como o dólar estava cotado a 127 cruzeiros e 80 centavos no final do ano passado, a dívida externa do nosso Estado, até então, era de 311 milhões de dólares.

Ora, então os números anunciados são incorretos. O nobre Parlamentar que Vossa Excelência tanto defende, - e não estou acusando em sua ausência porque as inscrições têm dia certo, não posso transferir minha inscrição, se ele não compareceu, paciência, falarei na sua ausência, porque ele cometeu um lapso na obtenção da informação, ou invés de usar apenas o valor do saldo da dívida em dezembro de 81, como seria o correto, ele já acrescentou os juros, - como já disse, projetou as dívidas ao longo de vinte anos. Quando sabemos que o Estado tem 25 anos para pagar esta dívida.

Ora, somar ao preço de hoje os juros que vão vencer nos próximos vinte anos e dizer que esta é a dívida atual do Estado, é sem dúvida, distorcer a verdade dos fatos.

É isto que quero mostrar a esta Casa e mostrar, aos paranaenses, informações tendenciosas.

O Sr. Secretário das Finanças esteve aqui, quantas vezes foi convidado pela bancada da Oposição.

Fez uma projeção, em números, de nossa dívida externa.

Naquela oportunidade, ninguém se atreveu a contestá-lo e dizer que a dívida externa do Estado era de um bilhão de cruzeiros. Ninguém. E seria a oportunidade. Não através da imprensa.

E ao contrário do que disse o nobre Deputado Deni Schwartz naquela entrevista, as finanças estaduais vêm se comportando de forma equilibrada e o perfil do endividamento do Estado vem se mantendo compatível com a receita do Tesouro nos últimos anos.

O serviço anual da dívida pública, isto é, a soma dos juros e mais as amortizações têm se mantido abaixo do limite de 15 por cento da receita tributária. E Vossas Excelências que manuseiam o Orçamento do Estado, têm a comprovação desta veracidade.

Concedo o aparte a Vossa Excelência, e, em seguida, ao Deputado Nelson Friedrich.

O Sr. Nilso Sguarezi — Objetivamente, Vossa Excelência fala em estatística e em projeções.

É muito perigoso este terreno no Brasil. Estatísticas foram apresentadas oficialmente pelo Governo de que a inflação estava no patamar de 12 por cento e depois o brasileiro acordou, de um dia para o outro no desemboque e ficou sabendo de que havia sido manipulado dos lados.

Estatísticas no Brasil, data vênica, as oficiais mesmo, o brasileiro as recebe com um pé atrás.

O que dirá discutir a estatística que um próprio Deputado apresenta.

Se o Ministério da Fazenda, por exemplo, com todo o instrumental, com todo o arsenal que tem, falha, é muito difícil.

Veja Vossa Excelência, projeções, o Governo Geisel escreveu o Livro Branco para tentar justificar o porquê da energia nuclear no Brasil, na alegação que teríamos falta de energia e nós fechamos o exercício de 81 com um superávit de 3 milhões de kw. de energia.

O Paraná sofre as conseqüências desta projeção errônea quando agora nos mandam aguardar à construção de usinas nossas no Rio Iguaçu, que já estavam sendo iniciadas. Projeções e estatísticas, no Brasil, não servem de amparo para ninguém dizer que alguém está mentindo, porque a mentira começa pelo próprio Governo.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência que foge ao nosso debate, porque enveredou pelo caminho da energia nuclear, do excesso de energia hoje, verificado no País.

Vossa Excelência criticou as medidas governamentais à redução da inflação.

Veja Vossa Excelência que hoje é muito fácil criticar. Eu sempre fui contra tecnocrata, não estou defendendo tecnocrata.

Mas é muito fácil criticar esses mesmos homens que fizeram um planejamento das necessidades energéticas do País, até o ano 2.000, ou mais precisamente, até o ano de 1993, tendo em consideração uma taxa de crescimento anual de 7 a 8 por cento, que estaria justamente dentro dos parâmetros da produção energética do País.

Então hoje é muito fácil criticar pelo excesso. Porque houve excesso? Porque o Governo tomou medidas, ao final de 1981, ao final de 80, para o exercício financeiro de 81, no sentido de reduzir o ritmo inflacionário.

Então houve evidentemente uma recessão nos negócios, houve uma queda na demanda da energia elétrica, porque o produto interno bruto deixou de crescer dentro da previsão.

Agora veja Vossa Excelência se as coisas tivessem ocorrido ao inverso? Se não tivesse havido planejamento, desde o tempo do Governo Médici, desde o tempo do Governo Castelo Branco, desde o tempo do Governo João Goulart? Se não tivesse havido um planejamento na produção, principalmente de energia hidroelétrica, no País?...

(É retirado o som do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, continuarei no Horário da Liderança do PDS.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Continua com a palavra o Deputado Erondy Silvério, agora no Horário da Liderança do PDS.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Obrigado, Sr. Presidente.

E se nós chegássemos ao ano de 1982, com déficit de energia? O que aconteceria? Seria a recessão? Muito pior, por outro lado, muito mais dolorosa para o País.

E estaria o Governo recebendo as mesmas críticas da Oposição.

Era esse o reparo que eu queria fazer com relação ao aparte de Vossa Excelência.

Darei o aparte, com muito prazer, ao nobre Deputado Nilton Friedrich.

O Sr. Nilton Friedrich — Ilustre Deputado, eu não entraria na questão da energia, porque alguns destes empréstimos foram feitos, ao menos se argumentou, até para cobrir custos de determinados projetos energéticos.

Mas não era esta a questão que eu levantaria.

Ao ouvir praticamente acusações de Vossa Excelência ao Deputado Deni Schwartz...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não. Gostaria que Vossa Excelência me devolvesse a palavra por um instante. Não foram acusações, foi defesa que estou fazendo à minha bancada, injustamente acusada de omissão pelo Deputado, na sua entrevista.

É neste particular que estamos realmente contristados com o nobre Deputado. Não são acusações.

O Sr. Nilton Friedrich — Mas eu aproveito para dizer inclusive na sua argumentação, de que não assiste razão ao Deputado Deni Schwartz, no que levantou. Mas indago a Vossa Excelência, algumas questões:

Primeira. Ao final do ano passado, esta Assembléia aprovou, com votos contrários da Oposição, o empréstimo de cem milhões de dólares, que foi autorizado. A grande questão que colocamos, e aí é que me parece que começou com o raciocínio do Deputado Deni Schwartz, é que não havia nenhum plano de aplicabilidade desses cem milhões de dólares. Simplesmente a Assembléia avalisou, assinou por baixo uma autorização para contrair cem milhões de dólares de empréstimos, sem uma definição, quando e onde seriam aplicados. O último empréstimo que esta Casa autorizou no final do ano passado.

Ora, onde vão ser aplicados estes cem milhões de dólares? Esta talvez uma grande pergunta que a bancada do PDS deveria responder ao Paraná. Porque quando esteve aqui, inclusive o Secretário da Fazenda disse que encaminharia uma cópia da proposta de aplicação, e até agora estamos aguardando esta proposta.

Ora, diante disso, qualquer Deputado pode levantar uma questão, ao menos a dúvida, quanto à seriedade do assunto. Por que, onde está o projeto de aplicabilidade desses cem milhões de dólares?

Segunda questão. Quanto à dívida: permita-me um exemplo bem simplório: se qualquer cidadão vai a um banco para fazer um empréstimo, um papagaio, é óbvio que ele tem que computar o que realmente recebeu como empréstimo e mais o custo, e aí é que o Deputado Deni Schwartz fez uma projeção da dívida externa e assiste todo o direito de fazer a projeção.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Estou profundamente decepcionado com Vossa Excelência, quando Vossa Excelência, que é uma das esperanças jovens da política paranaense, pela sua postura, pela sua inteligência, pela sua cultura, pelo

ardor, pela combatividade, faz uma comparação dessa natureza. Comparação de jardim de infância, comparando um empréstimo bancário de 60 dias, com um empréstimo de 25 anos.

Veja Vossa Excelência o que vai gerar a aplicação desse dinheiro ao longo dos 25 anos. Eu não vou responder a primeira dúvida de Vossa Excelência, e me comprometo de trazer aqui, detalhadamente.

Veja Vossa Excelência que o Secretário de Finanças esteve aqui e foi claro com Vossa Excelência, que um destes empréstimos no valor de 61 milhões de dólares, visava e visa atualmente o atendimento de um programa de rodovias alimentadoras, que é exatamente estas reclamações que ouvimos aqui hoje, porque o dinheiro não chegou ainda às mãos do Governo do Estado.

E veja Vossa Excelência, que destes cem milhões, 50 milhões de dólares seriam gastos a partir do final do ano de 1983, já no noutro Governo.

Então, veja Vossa Excelência que o Governo está fazendo realmente uma projeção para o futuro, 61 milhões de dólares visa a ampliação da malha rodoviária do Estado, mediante mais 1.138 km de rodovias pavimentadas. A execução desse programa atende às exigências de acelerar ainda mais o escoamento da grande produção agrícola do Paraná. São obras de infra-estrutura que, evidentemente, foram realizadas e proporcionarão muito significativo na arrecadação do Estado.

E Vossa Excelência sabe que é com esse aumento de arrecadação que o Governo vai fazer face aos seus compromissos internos, não só com relação ao principal, mas também ao acessório, que são os juros e demais despesas de um empréstimo.

O segundo programa, de vital importância, para nós paranaenses, na ordem de 39 milhões de dólares, possibilita o desenvolvimento harmônico entre todas as regiões do Estado, é o PRÓ-RURAL, que se propõe a dar atendimento especial a 61 municípios de modo integrado, abrangendo as áreas de saúde e saneamento e educação. Abertura e conservação de estradas. Apoio creditício ao cooperativismo, energia a partir da bio-massa e ampliação dos serviços de extensão rural.

São programas que se revestem ao mais elevado alcance social. E se Vossa Excelência disser que não sabe, estará fazendo apenas mais uma declaração oposicionista.

Vossa Excelência sabe que com os recursos oriundos da arrecadação do Estado, jamais o Estado poderá romper as veias do sub-desenvolvimento, jamais poderá levar às regiões que são os bolsões sub-desenvolvidos do Estado ao conforto da administração pública, o calor da administração pública.

Infelizmente o nosso País, por questões que não nos compete analisar neste momento, vive efetivamente de empréstimos externos. É com eles que promovemos o desenvolvimento não só do Estado, como do País,

E não é só o Brasil, como o Paraná, Vossa Excelência sabe muito bem disso. É um estudioso do assunto. Sabe que lamentavelmente todas as nações do mundo estão entregues a uma meia-dúzia de países que são riquíssimos, que têm o grande complexo bancário, que domina efetivamente as finanças do mundo inteiro.

Agora, como parceiros também, os emigrados dos países árabes que entraram também neste complexo. Querem dinheiro, levam, mas têm que pagar juros. Se nós quisermos desenvolvimento, precisamos efetivamente desse dinheiro, Vossa Excelência sabe disso. E o objetivo principal da nossa estada na tribuna, é dizer do equívoco brutal que comete o Deputado Deni Schwartz, em estimar essas duas dívidas em um bilhão de dólares.

Quando esteve aí o Secretário, e aí não são dados estatísticos. Dívida é dívida. Não se manipula dívida.

Todos sabemos - e esteve aqui o Secretário das Finanças que teve uma reunião com Vossas Excelências, mostrando todo

o endividamento do Estado que não chega a 315 milhões de dólares.

É evidente que nós temos empréstimos que vencerão daqui a 10 anos, outros daqui a 20 anos e outros daqui a um quarto de século.

Agora, projetar juros sobre isto, para daqui a um quarto de século, é temerário e não é próprio de um homem que realmente preza a sua representação aqui nesta Casa.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Nilton Friedrich — Quero concluir, dizendo que, embora

Vossa Excelência tenha considerado um exemplo infantil, — e eu até disse que era um exemplo simplório — mas “mutatis mutandis” a proporcionalidade se registra e acontece. Que, se o Brasil está entre as primeiras maiores dívidas externas do mundo, e que o Governo brasileiro acaba, hoje, sendo administrado pelas suas dívidas externas, obviamente...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Isto eu não discuto com Vossa Excelência. Quero discutir a dívida do Estado do Paraná. Nós não vamos chegar lá onde Vossa Excelência quer chegar.

O Sr. Nilton Friedrich — Exatamente por esta opção que o

Governo fez, da entrada de capital estrangeiro, que acabou controlando o dia-a-dia do próprio Governo, o Governo estimula os Governos de Estado, em vez de encontrar outros meios para obter o capital, a receita e a poupança, acaba fazendo os empréstimos, isto a níveis estatais, a nível de Governo de Estado, e até da iniciativa privada, porque o objetivo qual é? A entrada de dólar a qualquer custo. Só que para isso há uma correspondente, que é a emissão de cruzeiros para corresponder a entrada de dólares. E aí nós estamos mais uma vez partindo para a enxurrada da entrada de dólares, aumento da inflação, e criando todo um círculo vicioso do qual não vamos poder sair. E aí é a questão básica que nós colocamos: — a dívida tem que ser projetada.

Quando se faz uma dívida, há que se projetar sobre ela, o seu custo operacional, o seu custo financeiro, os juros etc. e todo mundo sabe que é assim mesmo.

Nós não podemos pegar uma dívida, pegar o seu saldo de hoje, se ela continua como dívida. Então, eu levanto aqui a defesa da possibilidade de se fazer uma projeção de qualquer dívida. E é isto que fez o Deputado Deni Schwartz.

Quanto ao outro aspecto do seu pronunciamento, de que isto não foi contestado, peço a Vossa Excelência que rememore que o Deputado Darcy Deitos teve uma longa discussão com o Secretário da Fazenda, naquele dia, exatamente sobre a questão da dívida em si e a dívida projetada com seus custos operacionais. E aí é que está a questão da diferença de ótica que está se levantando.

E eu insisto nisso, para concluir, que nós lamentamos, nós da Oposição, que, quando chegamos num ano, como 1981 e 1982, quando tivemos essas autorizações enormes para contratação de empréstimos externos, nós vemos que aqui, no Orçamento do Estado, exatamente aqueles setores do Orçamento, que deveriam receber maior impulso, quem recebeu maior impulso foi o Gabinete da Governadoria para fazer propaganda. Foi o único setor que recebeu mais de 300% de aumento de um ano para outro. Enquanto os outros setores tiveram apenas a dotação corrigida pelo valor da inflação e um ou outro setor com um pouco mais. Mas, de propaganda, sim, saltou de 171 milhões para 674 milhões de cruzeiros. E isto é o que nós não podemos aceitar, porque, indiretamente, o dinheiro que vem de fora acaba tendo que cobrir buraco que são tirados aqui e acolá, para fazer esse “trem da alegria”, como disse o Deputado Deni Schwartz.

E eu termino dizendo por uma opção que acho que o Brasil deve fazer: a opção não é esta desta “ciranda financeira” da bola de neve da dívida externa.

Ninguém no mundo fez uma grande sociedade, se transformou numa sociedade rica, com dinheiro estrangeiro, com

dinheiro de fora. E isto é muito claro, porque, numa análise que se possa fazer em qualquer País, vai se sentir, quem quis fazer piquenique na sombra alheia, “deu com os burros n’água”. E isto está acontecendo hoje, com o Brasil, porque a dívida externa é quem administra o País, e que obriga o Governo a forçar o Estado, o Município, e a iniciativa privada a pegar dinheiro lá fora, para poder corresponder a esse endividamento exagerado, que obrigou, o ano passado, a nós gastarmos 18 bilhões de dólares, mais do que uma ITAIPU, o custo total de ITAIPU, só para pagar os juros e as prestações...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência e mais uma vez discordo, valendo-me das próprias palavras de Vossa Excelência. é uma questão de ótica.

Se se quer somar os serviços da dívida de uma projeção de 25 anos, ela possivelmente, passe de um bilhão de dólares. Mas, o Parlamentar honesto, também deve fazer a previsão de aumento de arrecadação em igual período que este dinheiro gera.

Agora, quando Vossa Excelência diz que o Governo quer fazer piquenique à custa dos outros, à custa de dinheiro externo, Vossa Excelência, com toda certeza, está se referindo ao Governo central. Porque no Paraná não se faz isto. No Paraná, estão aí as prestações de contas. O Tribunal de Contas recebe-as, examina-as e as envia a este Poder. Nós, aqui, aplicamos cada dólar em obras de infra-estrutura, cujas obras reverterão em aumento de arrecadação.

É um ciclo que nem o mais ferrenho dos oposicionistas poderá negar. É o ciclo que Vossas Excelências, se amanhã chegarem ao Governo, vão ter que enfrentar.

É o desenvolvimento do Estado que não pode ser freiado com fantasias, como a do nobre Deputado Darcy Deitos, que sugeriu que se colocasse bonus do Estado para o povo comprar. Isso é fantasia. Quem é que vai comprar bonus de governo estadual? Quem? A poupança a que Vossa Excelência se refere é para o Plano Habitacional. Vossa Excelência sabe que cada Fundo tem a sua destinação. Cada importância arrecadada tem a sua destinação.

O Sr. Nilton Friedrich — Arrecada para o INAMPS e para ITAIPU.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Isso é outro problema. Estou falando de Paraná. Vossa Excelência sabe que eu não poupo críticas ao Governo Federal, com relação à Previdência Social. Vossa Excelência sabe disso.

Com relação a ITAIPU, fui o único Deputado, dos convidados, que não compareceu à visita a ITAIPU. Porque discordo dessa obra que tem como objetivo principal carregar, nas costas, como a mãe canguru, a vizinha República do Paraguai.

Temos energia suficiente no País. Não havia necessidade de se alagar terras valiosíssimas que, produzindo, trariam muito maior resultado ao País.

Vossa Excelência sabe que sempre critiquei uma obra dessa natureza.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Ausente, consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

“O Deputado Norton Macedo distribuiu nota à imprensa a respeito da petição protocolada pelo Senador Leite Chaves ao Tribunal de Justiça do Paraná. Sua interpelação ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga, para que preste contas, ou seja pela negativa dessa prestação, e neste caso, estaria fugin-

do ao esclarecimento da verdade, face aos empréstimos vultuosos contraídos no exterior, sem a deferência regular de informações ao Senado da República. Petição essa que procura, pela via constitucional e pelos métodos legais chamar à responsabilidade o Governo que faz caso omisso do seu dever de prestar contas ao Senado Federal. E que em complemento, está a contrair novos empréstimos, sob o pretexto de realizar metas administrativas e programas essenciais, mas ao mesmo tempo destina quantias vultuosas para promoção pessoal e política dos candidatos do Partido Situacionista às eleições majoritárias.

O Senador Leite Chaves dá demonstração do seu apreço ao Poder Judiciário, dirigindo-lhe uma petição em termos, fundamentada em fatos, esperando o deferimento, no sentido de que se obtenham informações do Governo Estadual sobre, no mínimo, duvidosas publicidades, cujo caráter não está previsto em orçamento do Estado e que se presume não possa ter autorização legal.

Espera o Senador do Paraná que o Interpelado diga a que título, rubrica e preço estão sendo veiculadas essas propagandas, de fato público e notório cunho pessoal, dando de barato que o Governo tenha a justificação e a forma que o ampare, se outorgante, ou a isenção legal, se a autoria for de terceiros.

Espera que o Tribunal de Justiça do Paraná, além da apreciação técnico-jurídica, se coloque frente ao problema, não para julgar antecipadamente o Governador, mas para acautelar e preservar procedimentos normais, legais e constitucionais, permitindo ainda a promoção de provas de que o Governo do Paraná ultrapassa os prazos para informação ao Senado Federal.

Em consequência dessa omissão, comprovada através de ofício endereçado pelo Presidente da Câmara Alta, Senador Jarbas Passarinho, não está o Senador Leite Chaves, agora por ocasião da votação do último empréstimo em tramitação no Senado, "contra o Paraná". E esta acusação repelimos, por constituir desvirtuamento da verdade e por pretender macular a imagem e o procedimento do representante de nosso Estado no Senado da República."

Indo mais além, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não queremos, não pretendemos discutir a nota de autoria do ilustre Deputado Norton Macedo em seus termos, porque entendemos que, a intenção do Presidente do PDS paranaense, ao tentar responder sem o ser interpelado, é procurar levar, o debate, para o achincalhe e para a retaliação pessoal, se esta for realmente a intenção de Sua Excelência, não terá, da nossa parte, da minha bancada, a aceitação dessa suposta intenção.

O que nós queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o Governo do Estado na pessoa do seu Governador General Ney Braga, esclareça, ao povo do Paraná, as interpelações formuladas pelo Senador Leite Chaves, e protocoladas no Tribunal de Justiça deste Estado. E haveriam de perguntar, os Senhores, porque este caminho da interpelação judicial? E eu responderia a Vossas Excelências que, a Bancada de Oposição, que as Bancadas de Oposição com assentos nesta Assembléia têm por diversas e diversas vezes, formulado Pedidos de Informações a diversos órgãos do Governo e, infelizmente, não as tem obtido dentro de um processo normal legislativo, isto porque, a ilustre Bancada Governista nesta Casa posiciona-se, sempre, contrariamente, com questão fechada contra qualquer tipo de informações que se pretenda, do Governo do Estado. Então, este caminho usado pelo ilustre Senador Leite Chaves talvez seja um caminho novo, talvez, por aí, consigamos obter, do Governo do Estado do Paraná, as informações não só aos Deputados da Oposição, mas, ao povo do Paraná!

O Sr. Fidelcino Tolentino -- Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Trajano Bastos, tenho me posicionado nesta Casa de certa forma resguardando, até, através da tribuna, uma posição do Poder Judiciário que, hoje, também é outro dos Poderes claudicantes deste País. E recentemente nós vimos que

há uma real necessidade de que os Poderes diminuídos desta triologia de Poder, evidentemente o Judiciário e Legislativo, só a eles se irão salvar, se os seus membros, se os seus componentes, se o seu colegiado for composto de homens de estatura que o momento exige, e, exatamente neste sentido tenho pouca fé naqueles que fazem composição das Cortes para as quais são ungidas pelo poder dominante, e nisso eu me surpreendi recentemente, na questão colocada pelo Ministro Clóvis Ramallete, quando saiu por força da idade, na forma de aposentadoria, mas um outro aspecto, Deputado, que fez com que o Poder Judiciário se restaurasse e criasse uma nova aura de esperança nas suas determinações, na realização deste munus público a que está investido o Poder Judiciário, foi no caso da incorporação PP-PMDB em que a Nação inteira ficou mais atenta do que a uma disputa de campeonato da Copa do Mundo. Todos os brasileiros ficaram atentos à decisão do TSE com relação ao problema da incorporação e isto realmente restabeleceu a credibilidade, pelo menos parcial, no Poder Judiciário, e o Senador Leite Chaves, recorre agora à Justiça, porque o Parlamento tem sido um dos Poderes adjetivos do Poder Executivo e o que tem resguardado o Poder Legislativo são algumas honrosas exceções como ocorreu recentemente na Câmara Federal, em que cerca de 39 eminentes Deputados do PDS repeliu um projeto de lei enviado pelo Executivo.

Se os Poderes que estão hoje marginalizados pelo poder de força que impõe o autoritarismo vigente, é porque nós — eu me incluo, Deputado — é porque nós não temos tido a dignidade suficiente para nos resgatar da miséria e descridibilidade em que nós vivemos e é por isso que o Senador, em boa hora, recorre ao Judiciário, porque deu uma demonstração, não só de sabedoria, mas também, de consciência da história a que o Brasil está submetido nos dias atuais.

Parabéns a Vossa Excelência e eu quero me congratular com o Senador Leite Chaves, porque viu que só através de uma vinculação do Legislativo com o Judiciário, é que é capaz de tirar o povo brasileiro, da miséria em que, em todos os aspectos, está vivendo.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e o incorporo ao meu pronunciamento.

Mas as dúvidas quanto à aplicação destes recursos ou quanto aos gastos vultuosos em publicidade que o Governo do Paraná tem efetuado ultimamente, não ficam somente por conta do Senador Leite Chaves e estranhamente, o Governo tem se calado, não tem dado ao povo do Paraná as explicações necessárias, quanto a estas acusações ou mesmo a estas dúvidas levantadas.

Queremos entender, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governo do Estado do Paraná, tem a obrigação moral de esclarecer a opinião pública deste Estado sobre estas questões que são levantadas quase que diariamente pela imprensa, e agora, por uma medida judicial pelo Senador Leite Chaves.

Senão vejamos: o jornal "O Estado do Paraná" levanta uma nova dúvida em manchete: "Verbas a granel — novo escândalo". O jornal "O Estado do Paraná", datado de 16 de março. Não vimos, não assistimos e não tivemos notícia de que qualquer seção deste Governo do Estado, tenha procurado desmentir ou esclarecer as dúvidas que a imprensa levanta sobre este caso.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? **O SR. TRAJANO BASTOS** — Logo em seguida, ilustre Deputado.

Somente para concluir, dizendo que estranhamente esses dias atrás, estava programado e isto não é só informação minha, porque consta também do noticiário da imprensa, que teria sido suspenso um programa de trinta minutos aproximadamente, destinado ao Sr. Saul Raiz, numa cadeia de televisões do Estado, em função destas dúvidas levantadas pelo Senador Leite Chaves com respeito a aplicação destes recursos e dos gastos

públicos. Com o aparte o Sr. Deputado Erondy Silvério. O Sr. Erondy Silvério — Muito obrigado e eu lamento interromper Vossa Excelência que, com serenidade, sempre caracterizou a atuação neste plenário, aborda um assunto tão importante. Agora, Vossa Excelência está se valendo de manchetes de jornal de Oposição e jornal que, evidentemente, o seu proprietário é um dos candidatos ao Governo do Estado, candidatura válida por sinal, mas que, entretanto, vive de manchetes e Vossa Excelência está se valendo disso.

É evidente que como a questão está sub-judice, como o Senador Leite Chaves recorreu ao Judiciário, a sua representação foi aceita designada relator, é evidente que o Governo prestará todas as informações a que de direito. Mas a razão principal do meu aparte a Vossa Excelência, foi que o Senador Leite Chaves incorreu em inverdades na sua petição e no noticiário à imprensa.

E Vossa Excelência quando subiu à tribuna disse que o Governo do Estado tem sistematicamente se negado a prestar informações ao Senado Federal, com relação ao serviço da dívida externa do Estado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Não sou eu quem o digo, ilustre Líder. É o Senador Jarbas Passarinho em resposta ao ofício.

O Sr. Erondy Silvério — Absolutamente. Se Vossa Excelência ler o ofício e conhecer o Regimento Interno do Senado Federal, Vossa Excelência vai chegar à conclusão que todos os pedidos de informação dos Srs. Senadores são encaminhados ao Ministro Chefe da Casa Civil.

O SR. TRAJANO BASTOS — O fato é que o Governo não respondeu a esses expedientes.

O Sr. Erondy Silvério — E a resposta que o Senador Jarbas Passarinho deu ao Senador Leite Chaves, eu trarei a essa Casa a cópia do ofício, que diz exatamente isso, foi encaminhado ao Poder Executivo Federal. Porque o Governo do Estado não tem que prestar contas ao Senado da sua administração e sim ao Tribunal de Contas e a esta Casa.

O SR. TRAJANO BASTOS — É o entendimento de Vossa Excelência.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que autoriza o PODER EXECUTIVO doar à Prefeitura Municipal de Irati, área de terra pertencente ao Estado do Paraná, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

14 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/81.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 127 e 155/81.

EM VOTAÇÃO — 1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 117 e 118/81.

Marcando ainda uma Sessão Extraordinária, para amanhã, dia 18, quinta-feira, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 85/81.

Levanta-se a sessão.